



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	14033.000682/2010-68
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2402-005.399 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	13 de julho de 2016
<b>Matéria</b>	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. RETENÇÃO SOBRE NOTAS FISCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO.
<b>Recorrente</b>	CONSTRUTORA RV LTDA
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/10/2005 a 31/10/2005

PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA.

O reconhecimento pela autoridade fiscal da procedência do pedido de restituição põe fim a lide tributária em benefício do contribuinte.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso voluntário

Kleber Ferreira de Araújo

Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Kleber Ferreira de Araújo, Ronnie Soares Anderson, Natanael Vieira dos Santos, Bianca Felicia Rothschild, Mário Pereira de Pinho Filho, João Victor Ribeiro Aldinucci, Túlio Teotônio de Melo Pereira e Theodoro Vicente Agostinho.

## Relatório

Trata-se de pedido de restituição de contribuições previdenciárias decorrente de supostas sobras de recolhimento relativas à retenção prevista no art. 31 da Lei n.º 8.212/1991, na redação dada pela Lei n.º 9.711/1998.

O requerimento de repetição do indébito foi enviado eletronicamente em 18/12/2009, tendo sido indeferido mediante despacho decisório, o qual teve fundamento na insuficiência de mão-de-obra para execução dos serviços.

O contribuinte apresentou inconformismo contra o referido despacho, todavia, a DRJ manteve o indeferimento sob os mesmos fundamentos.

Cientificada da decisão em 30/03/2011 (fl. 582), o sujeito passivo interpôs recurso voluntário (fls. 584 a 623) em 13/05/2011.

O julgamento no CARF foi convertido em diligência em duas ocasiões, conforme Resolução nº 2803-000.179, da 3ª Turma Especial de 17 de julho de 2013 (fls. 667 a 677), e Resolução CARF nº 2803-000.275, da 3ª Turma Especial, de 10 de março de 2015 (fls. 919 a 921), para as seguintes providências a serem adotadas pela autoridade fiscal :

*"(1) indiferentemente da relação massa salarial e faturamento, analise se a contribuinte apresentou pedido de restituição que cumpre todos os requisitos para o reconhecimento do direito, condições para a restituição e o valor de restituição, conforme a legislação de regência; (2) havendo qualquer carência de requisitos ou documentos, que seja informada a requerente, instruindo-a de como retificar, e concedido prazo para realizar a retificação; (3) responda todos os questionamentos complementares trazidos pela petição protocolizada antes da presente resolução, bem como analise as demonstrações unificadas dos pedidos(processos) de restituição conexo caso sejam efetivamente apresentadas pela parte; (4) após, emita informação fiscal analítica e motivada, observando os itens anteriores, inclusive sobre o valor a ser restituído, sendo a contribuinte intimada para manifestar-se, no prazo de 30 (trinta) dias".*

Às fls. 934/936 veio aos autos informação fiscal, reconhecendo o direito à restituição integral do montante pleiteado. Eis os termos do pronunciamento da autoridade fiscal:

*"8. A empresa declarou em campo próprio da GFIP, as retenções sofridas em Nota Fiscal de Serviço, de acordo com o artigo 31 da Lei 8.212/91, e conforme consta nas telas do sistema CCORGFIP (fls.930 a 933), na matrícula CEI nº 38.720.05895/70, bem como nos dados da Base Central do sistema RestWeb (fl.923).*

*9. Deduzindo os valores devidos pela empresa a título de contribuição previdenciária cota parte patronal, empregado e SAT/RAT também declarados em GFIP, dos valores retidos a*

*título de retenção da Lei 9.711/1998, restou saldo a ser restituído em relação ao pedido de restituição eletrônico PER nº 40567.39409.181209.1.2.15-3003, referente à competência 03/2006 (sic!), conforme quadro abaixo e planilha de restituição, anexa ao processo (fl.928):*

(...)

*10. Diante do acima exposto, informo que de acordo com quadro do item 09 da presente Informação Fiscal, o contribuinte tem o direito creditório reconhecido no PER nº 40567.39409.181209.1.2.15-3003, referente à competência 10/2005, no valor originário de R\$ 32.506,28 (trinta e dois mil quinhentos e seis reais e vinte e oito centavos)."*

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Kleber Ferreira de Araújo - Relator

**Admissibilidade**

O recurso foi apresentado no prazo legal e preenche os demais requisitos legais, devendo ser conhecido.

**Direito à restituição**

O reconhecimento pelo órgão da RFB da procedência integral do pedido de restituição, expresso na informação fiscal supra, põe fim a lide tributária, conduzindo-me obrigatoriamente a encaminhar pelo provimento do recurso voluntário.

**Conclusão**

Voto por dar provimento ao recurso voluntário.

Kleber Ferreira de Araújo.